

Quando mais rara, mais preciosa

Categories : [Reportagens](#)

Todos os dias, ambientalistas que atuam no Sul do país tentam fazer barulho com denúncias de desmatamento de áreas nativas de Mata Atlântica. Muitas vezes, os registros são recebidos como banalidades, já que “10 hectares aqui”, “50 ali” não parecem fazer diferença. Mas num país que dizimou mais de 93% desta mata ao longo de 500 anos, eles fazem. E são ainda mais gritantes quando ocorrem sobre as ameaçadíssimas araucárias, que com muito otimismo ainda ocupam 0,4% de suas áreas originais no sul do país. Em vez do caráter esporádico da exploração de fragmentos tão pequenos e remotos, o Ibama mostrou que, em pleno ano de 2009, o corte de araucárias em áreas nativas está aquecido como nos bons e velhos tempos em que o Brasil sequer tinha legislação ambiental para protegê-las.

Os últimos dias foram típicos. A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) enviou carta ao Ministério Público Federal (MPF) denunciando corte raso em área de floresta com araucária na região de Serra Esperança, no Paraná. Tudo licenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão ligado ao governo estadual. Equipes do Ibama sobrevoaram a área e identificaram atitudes ilícitas, mas precisam checá-las por terra e verificar a validade da cópia da licença citada na denúncia, emitida em favor de Nissei Administradora de Bens Ltda. Segundo o órgão federal, o documento não aparece com número, é como se a licença não existisse.

O IAP justifica a licença chamando a área em questão de reflorestamento. “Também pedimos que o IAP esclareça como um embargo a um desmatamento ilegal sofre um processo de ajuste de conduta e, como resultado, permite-se um novo licenciamento ainda maior, sem nenhuma base legal”, indaga Clóvis Borges, diretor-executivo da SPVS. O ambientalista pede ainda que o MPF investigue todo o processo de autorização de corte de áreas com araucárias dentro do órgão licenciador estadual.

O presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, garante que o instituto não licencia corte raso de araucária. “Não estamos autorizando nenhum tipo de supressão florestal, só autorizamos corte de araucárias plantadas, para que não se inviabilizem os plantios”, afirma o presidente, que depois se lembra de outra situação. “Nós permitimos pequenas supressões florestais no caso de interesse público, mas são casos excepcionais”, diz. Segundo Burko, há dois anos ele desmanchou a última quadrilha no Paraná que autorizava supressões irregulares, em Ponta Grossa. “Depois disso, não tivemos mais conhecimento de coisas deste tipo”, atesta o presidente do IAP. A operação que Burko se refere é a que ficou conhecida como “Floresta Negra”, que deixou ambientalistas indignados, pois prendeu Elma Romanó, notória defensora de causas ambientais e ex-chefe do escritório regional do IAP em Ponta Grossa, quem primeiro fez denúncias de irregularidades no órgão estadual.

“Centenas de árvores no chão”